



BOLETIM 638

Brasília, 29 de agosto de 2018

FST promove nesta quinta (30) encontro nacional para aprovar documento aos presidenciais

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), integrado por 22 confederações nacionais laborais, urbanas e rurais, do setor público e privado, e de aposentados, promove nesta quinta-feira (30), na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura (CNTEEC), em Brasília, das 14 h às 18 h, o **ENCONTRO NACIONAL DO FST – DIALOGAR PARA RETOMAR O TRABALHO E O EMPREGO**.

O evento tem por objetivo de aprovar e, na sequência, apresentar um documento aos pré-candidatos à Presidência da República, bem como aos demais postulantes aos cargos eletivos que serão disputados no pleito de 2018, contendo as reivindicações mais relevantes dos trabalhadores e do movimento sindical, como a retomada do crescimento e do emprego, a revogação do desmonte trabalhista e a defesa das organizações

sindicais laborais, hoje ameaçadas pelas mudanças introduzidas na CLT pela chamada “reforma trabalhista”.

CONTRICOM - A CONTRICOM, como integrante do FST, participará do encontro com uma representação de lideranças da própria Confederação, federações e sindicatos, coordenada pelo secretário geral da entidade, Miraldo Vieira.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Metade dos acordos salariais em julho foram sem aumento

7,1% foram abaixo da inflação e 9,3% tiveram zero de ganho real, segundo Fipe

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) da USP divulgou nesta quarta-feira, 22, o boletim mensal Mercado de Trabalho e Negociações Coletivas, referente a julho de 2018, também conhecido como “salariômetro”, mostrando que 37,1% dos acordos fechados no mês ficaram abaixo do INPC.

Ao todo, somados aos acordos em que o ganho real (acima da inflação) foi zero, nada menos que 46,4% dos acordos não representaram nenhum aumento para os trabalhadores.

A pesquisa é feita com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e do IBGE, segundo os quais a inflação nos últimos 12 meses, até julho, ficou em 3,5%. Se considerarmos o reajuste médio dos salários nos últimos 12 meses, o resultado também é ruim, com 3% apenas acima da inflação. Além disso, o número de acordos que

foram iguais à inflação e, portanto, sem ganho real, ficou em 9,3%.

Não apenas o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão no segundo trimestre de 2018, na comparação com o mesmo período do ano passado; também o salário de quem consegue trabalhar está cada vez menor.

Segundo a pesquisa, “o INPC previsto em alta e o baixo nível da atividade econômica dificultarão a volta dos reajustes reais nos próximos meses”. Também o professor da Faculdade de Economia da USP e coordenador do salariômetro, Hélio Zylberstajn, aponta para a alta da inflação como um dos fatores, mas ressalta que não é só isso: “O acumulado da inflação deu um salto, praticamente dobrou. E, com a economia parada como está, não há como as empresas darem aumento real aos trabalhadores”, afirma.

REFORMA TRABALHISTA - A pesquisa também diferencia os acordos coletivos, celebrados entre trabalhadores de uma determinada empresa e a direção, e as convenções coletivas, discutidas entre toda a categoria e os sindicatos patronais.

Como já havia ficado constatado com dados do primeiro semestre de 2018, o número de acordos e convenções coletivas diminuiu. Novamente essa realidade se comprova, e na comparação de janeiro a julho, este ano teve uma redução de 33% nos acordos frente a 2017.

Grande parte disso é devido à reforma trabalhista – a permissão de colocar o acordado sobre o legislado fez com que patrões e sindicatos patronais quisessem eliminar direitos garantidos anteriormente, e a resistência dos trabalhadores não permite que esses acordos sejam firmados.



ATAQUES À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Outro ponto em que a reforma trabalhista ataca os direitos dos trabalhadores está na negociação coletiva: ela permite que sejam feitos acordos individuais de salário, sem a participação de sindicato ou qualquer instrumento de representação dos trabalhadores. Assim, não apenas inibiu-se a formação de convenções coletivas, como os acordos gerais por empresa também ficam ameaçados.

Agora, é possível verificar que a maioria das negociações que ficaram abaixo do INPC representam aquelas celebradas com empresas, sem a participação do sindicato. Neste mês de julho, foram 41,9% dos Acordos Coletivos que não conseguiram repor a inflação no período, contra 21,7% das Convenções.

Embora ambos os números sejam muito altos, a pesquisa mostra que em todos os meses, com exceção de junho, o número de Convenções abaixo do INPC foi menor do que o de Acordos. É esse o resultado da política de arrocho e austeridade. Desde que os cortes na economia começaram em 2014, o número de desempregados começou a aumentar, e salvo alguns meses em que tradicionalmente há mais ofertas temporárias de emprego (como no final do ano, com o aumento no setor de comércio e hotelaria), a quantidade de desempregados e trabalhadores informais só aumenta, enquanto diminui aqueles com carteira assinada. Para quem consegue trabalhar, resta o arrocho.

Fonte: Portal HP

Ameaça ao trabalhador: STF pode liberar terceirização sem limites

Estão sendo julgados dois recursos que questionam a constitucionalidade da Súmula 331, do TST, que diz que a terceirização é proibida para atividade-fim. Por exemplo, em uma escola a atividade-fim é a educação, portanto, neste local poderiam ser terceirizados serviços de limpeza, vigilância e alimentação, entre outras. Mas não se poderia terceirizar professores.

Essa interpretação é contestada pelo Recurso Extraordinário (RE) 958.252, de autoria da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, proposta pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). As ações começaram a tramitar no STF antes da aprovação da Lei 13.429, que aprovou a terceirização irrestrita.

Terceirização avança no Metrô de SP - Nesta terça-feira (28), o Portal Vermelho entrevistou o dirigente metroviário Wagner Fajardo sobre o tema. Entre os aproximadamente 15 mil trabalhadores do Metrô de São Paulo, entre quatro e cinco mil são terceirizados. Atualmente, o sindicato dos Metroviários do estado trava uma luta contra a terceirização das bilheterias.

Redução de custos, maximização de lucros - O advogado trabalhista Magnus Farkatt assegurou ao Portal Vermelho que terceirização no Brasil é sinônimo de “mão de obra barata e explorada”. “Não é chute. Posso afirmar de acordo com estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que, em média,



trabalhadores terceirizados recebem 25% a menos que o trabalhador contratado pela tomadora de mão de obra.”

Acidentes de trabalho: 80% das vítimas são terceirizados - Estudo do Dieese e Central Única dos Trabalhadores (CUT) aponta que em 2011 das 79 mortes ocorridas no setor elétrico, 61 das vítimas eram terceirizadas. Magnus lembrou que 80% dos acidentes com vítimas fatais no Brasil acontecem com trabalhadores terceirizados.

Capital contra o trabalho - “Os que votaram em favor da terceirização sem limites têm uma opinião, uma concepção liberal de economia, que não escondem. Para eles não deve haver qualquer limite para a liberdade de organização empresarial. Tornar a empresa competitiva pode reverter em favor da coletividade. Lamento que desconheçam a realidade da terceirização no Brasil”, completou Magnus.

Fajardo classificou como um desastre para a sociedade se a decisão no STF for pela terceirização irrestrita. “A atitude do STF até aqui, com 4 votos a favor da terceirização sem limites, demonstra o caráter patronal e de proteção do capital que o STF vem demonstrando em decisões que tem tomado”, criticou.

De acordo com Magnus, o STF deve atribuir repercussão geral ao resultado do julgamento. “Isso significa que toda e qualquer ação tem que ser julgada em conformidade com a decisão do Supremo.”

Fonte: Portal Vermelho

TRTs ignoram reforma trabalhista e reajustam processos acima da inflação

Os Tribunais Regionais do Trabalho do país vêm ignorando a nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) na correção de dívidas trabalhistas. Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, eles estão aplicando um índice mais vantajoso para os empregados: dos 24 TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho), sete já contrariaram a reforma trabalhista, em vigor desde 2017.

A matéria relata que "decisões dessas cortes corrigiram passivos, como horas extras, com o IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial), uma derivação do índice oficial de inflação" e que "a nova lei estabeleceu a atualização dessas dívidas, enquanto os processos correm na Justiça do Trabalho, pela TR (Taxa Referencial), usada para remunerar a poupança."

A rigor, o quadro que se tem é: enquanto a TR ficou perto de 0% no acumulado do ano, o IPCA-E, medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), teve alta de 3,68%. Há ainda um juro somado às ações: 1% ao mês.

A questão legal embutida na 'rebeldia' dos TRT's é que o uso do IPCA-E se fundamenta em uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), feita em 2015. Naquele momento, a corte determinou sua aplicação na atualização de precatórios --dívidas públicas de municípios, estados e União em ações judiciais.

Fonte: Brasil247

Sindicatos apontam demissões da Latam como resultado da 'reforma' trabalhista

Sindicalistas do setor aéreo asseguram que as demissões dos trabalhadores da Latam nos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, e Galeão, no Rio de Janeiro, são reflexo do desmonte da legislação trabalhista causado pela "reforma" de Michel Temer. De acordo com as entidades representativas dos trabalhadores, a terceirização, que será empregada pela Latam para substituir os 1.300 funcionários dispensados, irá afetar a qualidade dos serviços prestados aos viajantes.

Na terça-feira da semana passada (21), a Latam confirmou, em nota à imprensa, a Orbital/WFS como a nova prestadora de serviços e afirmou que os trabalhadores terceirizados iniciariam as atividades na primeira semana de setembro. No entanto, o dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac-CUT) Orisson de Souza Melo afirmou que alguns destes trabalhadores já estão exercendo atividades sem equipamentos de segurança exigidos.

Os trabalhadores demitidos destacam ainda que a companhia aérea agiu com pouca transparência e de forma "desrespeitosa" por mascarar os planos de demissão em massa que estavam em curso.

As entidades sindicais conseguiram, em negociação com a empresa na sexta-feira (24), algumas garantias aos trabalhadores, como a extensão por um período de seis meses do vale-alimentação e do plano de saúde. "Conseguimos alguns benefícios no sentido de abrandar.

Fonte: Rede Brasil Atual

Confiança da Indústria recua e registra menor nível desde janeiro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 0,4 ponto de julho para agosto deste ano, fechando em o mês em 99,7 pontos – o menor desde os 99,4 pontos relativos a janeiro deste ano. Pela métrica de médias móveis trimestrais, o indicador registrou a terceira queda consecutiva e recuou 0,4 ponto, para 100 pontos.

Os dados do ICI de agosto foram divulgados nesta terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV) e indicam que em agosto o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 1,1 ponto, para 97,9 pontos. A queda reflete retração em 12 dos 19 segmentos do indicador da Situação Atual.

Mantendo-se acima do nível neutro (de 100 pontos), o Índice de Expectativas (IE) subiu 0,3 ponto, para 101,4 pontos. Ainda assim, a melhora das expectativas atingiu apenas 9 dos 19 segmentos - menos da metade.

Para a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV, Tabi Thuler Santos, “a fragilidade da recuperação industrial, retratada pela sondagem ao longo do ano, culmina em agosto com o ICI registrando nível inferior aos 100 pontos (baixa confiança) pela primeira vez desde janeiro”.

De acordo com Tabi, “a escassez de boas notícias e bons resultados, e o elevado nível de incerteza mantido por questões internas e externas, tornam a recuperação da confiança mais distante no horizonte temporal”.

Fonte: Agência Brasil



CNC: economia piora para 72% dos varejistas

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) recuou 2,5% de julho para agosto, na série dessazonalizada, fechando o mês em 103,7 pontos. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (28), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Ela atribui a queda “às frustrações decorrentes do fraco desempenho da economia, que fizeram com que 72% dos empresários do varejo observassem deterioração significativa do cenário econômico brasileiro nos últimos meses”.

O levantamento mostra que o subíndice que analisa a avaliação das condições da economia encolheu 6,1% na passagem de julho para agosto e, pela primeira vez em mais de dois anos, retrocedeu no comparativo anual, ao cair 2,6% em relação a agosto do ano passado.

Já a expectativa em relação ao desempenho econômico do país, ao fechar agosto em 133,7 pontos, atingiu seu menor patamar dos últimos 12 meses.

“A elevada incerteza do cenário político a menos de um mês e meio do primeiro turno das eleições nos leva a projetar um crescimento menor das vendas no segundo semestre”, justificou o chefe da Divisão Econômica da CNC, Fabio Bentes.

Fonte: Agência Brasil

Aviso-prévio não cumprido será descontado na rescisão contratual

A Quarta Turma do TST considerou válido o desconto efetuado pela Voetur Turismo e Representações Ltda. na rescisão contratual de um supervisor de faturamento correspondente ao aviso-prévio não cumprido por ele.

Desentendimento - O empregado contou que se desentendeu com o presidente da empresa e com duas colegas por problemas no seu setor. Uma testemunha confirmou o fato que resultou na dispensa dele, não formalizada. O supervisor disse que, depois, foi procurado pela filha do proprietário, diretora da empresa, a qual se retratou da dispensa. Mas, segundo ele, “o ambiente ficou desgastante e a situação, insustentável”. Ao encontrar um novo emprego, ele pediu demissão.

Novo emprego - O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) confirmou a sentença favorável ao empregado. O TRT considerou que a obtenção de um novo emprego, com condições melhores de trabalho, é motivo justo para o empregado se eximir da obrigação do cumprimento do aviso-prévio e concluiu que o desconto realizado pela empresa foi válido.

Licitude - A Voetur recorreu e conseguiu reverter a decisão no TST. Segundo o ministro Alexandre Luiz Ramos, relator do recurso de revista, diferentemente do entendimento do Tribunal Regional, o artigo 487, parágrafo 2º, da CLT dispõe que é lícito ao empregador descontar do salário o valor correspondente ao período do aviso-prévio não trabalhado pelo empregado no momento do pagamento das verbas rescisórias. A decisão foi unânime.

Fonte: TST



TJMG obtém o maior índice de conciliação em 2017 entre os tribunais de grande porte

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) obteve o maior índice de conciliação - 18,8% - no ano de 2017 entre os tribunais de grande porte do país, de acordo com o Relatório Justiça em Números divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta segunda-feira, 27. O número indica o percentual de sentenças homologatórias de acordo proferidas, comparativamente ao total de sentenças e decisões terminativas.

Segundo o documento, o tribunal mineiro também alcançou o maior índice de conciliação no 1º grau, com o percentual de 20,7% de acordos. Na fase de execução, o índice foi de 11,9% e na de conhecimento, de 24,5%.

Em toda a Justiça Estadual, havia, ao final de 2017, 982 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) instalados. Minas Gerais encerrou o ano com 123 Cejuscs.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS